

Os sacrifícios que o Brasil terá de fazer

Celso Ming

O ministro pode dar ao boi o nome que bem entender, mas boi é boi, e não deixará de ser boi. Pois o ministro Ernane Galveas bem pode chamar essa coisa que vem aí de "aperto de cintos", "mais sacrifícios", "vida mais dura" e por aí afora. O que ele já não pode é ocultar a recessão econômica.

O que o governo está anunciando é uma redução no déficit em conta corrente de seus 14 bilhões de dólares, em 1982, para alguma coisa entre oito e 8,5 bilhões de dólares. Na prática, o governo está anunciando um corte drástico nas importações.

Mas, para chegar a isso, é preciso primeiro entender o que é conta corrente. É a parcela do balanço de pagamentos que engloba duas contas: a de comércio e a de serviços. A conta de comércio é aquela em que vão contabilizadas receitas e despesas com mercadorias, ou seja, é aquela em que são registradas as exportações e as importações. A conta de serviços registra também receitas e despesas, mas apenas aquelas com bens imateriais: juros, transportes, turismo, royalties, aluguel etc. A conta de serviços do balanço brasileiro de pagamentos é fortemente deficitária, porque engloba as despesas com os juros da dívida externa que, neste ano, deverão ultrapassar os 12 bilhões de dólares.

Na prática, a conta de serviços é irreprimível. Quer dizer: trata-se de uma conta de onde não se pode cortar despesas, principalmente com juros, porque estes têm de ser, necessariamente, pagos aos credores

externos — a menos que o Brasil faça como fizeram a Argentina e o México e, pelo menos por certo tempo, dê o calote.

Calote?

Como um eventual calote é a última coisa que passa pela cabeça de um ministro da área econômica (porque ele implicaria corte instantâneo no crédito e outras represálias mais), o corte do déficit tem de concentrar-se na conta de comércio, isto é, na balança comercial. Nesse caso, as hipóteses são duas: ou aumentam-se as receitas com exportações, ou reduzem-se as despesas com importações.

O ministro bem que está contando com um aumento de exportações. Conta com uma alta dos preços das matérias-primas, principalmente café, açúcar, cacau, soja, sucos cítricos e minérios. E não é de todo improvável que isso acabe acontecendo, embora não na proporção que o ministro está esperando, porque nada garante que os países industrializados saiam, eles próprios, da crise em que estão atolados e aumentem as suas importações do Brasil.

A rigor, não é o caso de contar com um grande aumento das exportações em 1983. Neste ano, certamente teremos uma queda de uns 15% em relação às receitas obtidas com exportações no ano passado. Isso significa que, em 1982, não teremos exportações muito superiores a 20 bilhões de dólares, um número que não tem lá muita chance de ser ampliado em 1983, apesar da torcida favorável do governo.

Com isso, chegamos à conclusão de que não sobrá outra saída ao governo senão a de cortar importações. Como mais da metade das despesas com importações destinam-se a pagar petróleo, também não se pode afastar a hipótese de um corte drástico nessa conta e, conseqüentemente, não se pode afastar a hipótese do racionamento de derivados.

Despesas

Outra pergunta é saber como o governo chegou à conclusão de que teria de reduzir o déficit em conta corrente de seus 14 bilhões para alguma coisa entre oito ou 8,5 bilhões de dólares.

É que a maior parte das despesas para o próximo ano já está mais ou menos equacionada. Não há como fugir, por exemplo, de uns 12 a 13 bilhões de dólares de gastos com juros da dívida. Além disso, há amortizações da própria dívida externa, de aproximadamente sete bilhões de dólares — o que já dá um total de despesas da ordem de 19 a 20 bilhões de dólares.

Para pagá-los, o governo pode contar com uma entrada de dois bilhões de dólares de investimentos estrangeiros, e outros quatro bilhões quer conseguir através do superávit na balança comercial, ou seja, com a compressão das importações. Faltam ainda de 13 a 14 bilhões de dólares, que é quanto pretende levantar de empréstimos externos.

Outra questão é saber se os bancos estão dispostos a continuar em-

prestando todo esse dinheiro. O governo está apostando que sim, até porque 13 a 14 bilhões de dólares é bem menos que os 20 bilhões de dólares que o governo teve de ir buscar neste ano (ainda faltam, neste último trimestre, 4,2 bilhões para inteirar esses 20 bilhões).

O fato é que isso não está claro. Se estivesse claro, o ministro Delfim Neto não perderia tempo com essa via-sacra pelas capitais financeiras do mundo, em busca do sorriso dos presidentes dos bancos internacionais.

Cara preta

De todo modo, se essa aposta começar a ficar perdida, o governo não terá outra saída senão cortar ainda mais importações, renegociar a dívida externa e entregar os rumos da política econômica "às mãos de Deus" — providência que, pelo visto, já começa a ser tomada.

Não há como duvidar de que vem aí mais aperto fiscal. E os impostos poderão subir na área financeira. Parece inevitável um aumento substancial no recolhimento na fonte dos rendimentos dos títulos de renda fixa — decisão que poderá vir a ser tomada ainda este ano.

No mais, a perspectiva é mesmo de recessão e vida dura. O próprio ministro Ernane Galveas, sempre tão otimista e acostumado a embalar a opinião pública com adoráveis canções de ninar, já começou a mudar o seu comportamento. Fale menos, já não garante que as crianças estão livres do boi da cara preta.